

IDENTIDADE ASSEXUAL E PRESSÕES NORMATIVAS: ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O DEBATE

ASEXUAL IDENTITY AND NORMATIVE PRESSURE: ANALYSIS AND CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY TO THE DEBATE

IDENTIDAD ASEXUAL Y PRESIÓN NORMATIVA: ANÁLISIS Y APORTES DE LA PSICOLOGÍA AL DEBATE

Ana Claudia Barbaresco¹  Joana Maria Bachmann²  Fernanda Policeno 

Resumo: O presente artigo aborda a assexualidade e os desafios enfrentados por pessoas que se identificam como assexuais em uma sociedade permeada pela sexo-normatividade, com o objetivo de trazer essa discussão para a área da psicologia. Por meio de uma revisão narrativa da literatura, apresenta-se o contexto histórico e discutem-se conceitos fundamentais sobre o espectro da assexualidade, as distinções entre orientação sexual e romântica e as implicações da patologização dessa identidade. Por meio deste estudo, percebe-se que a pressão social para o enquadramento nos padrões heteronormativos vigentes, a desinformação e a falta de representatividade podem impactar negativamente o bem-estar psicológico das pessoas assexuais, levando a sensações como a de exclusão social e sofrimento decorrentes da invisibilidade e da complexidade do processo de autodescoberta. Dessa forma, destaca-se o papel da psicologia em promover uma compreensão mais inclusiva e não patologizante da diversidade sexual, além de ressaltar a importância de políticas públicas para garantir os direitos e a visibilidade da comunidade assexual. Conclui-se que o avanço dos debates acadêmicos e profissionais sobre o tema é essencial para desmistificar preconceitos, promovendo uma sociedade mais acolhedora e respeitosa quanto à pluralidade das identidades sexuais.

Palavras-chave: Assexualidade; Orientação sexual; Normas de gênero; Psicologia; Minorias sociais.

Abstract: This article addresses asexuality and the challenges faced by individuals who identify as asexual in a society permeated by sex-normativity, aiming to bring this discussion into the field of psychology. Through a narrative literature review, the historical context is presented, and fundamental concepts related to the asexuality spectrum, distinctions between sexual and romantic orientations, and the implications of pathologizing this identity are discussed. Throughout this study, it becomes evident that social pressure to conform to prevailing heteronormative standards, misinformation, and a lack of representation can negatively impact the psychological well-being of asexual people, leading to feelings of social exclusion and distress arising from invisibility and the complexity of the self-discovery process. Thus, the role of psychology in promoting a more inclusive and non-pathologizing understanding of sexual diversity is emphasized, along with the importance of public policies to ensure the rights and visibility of the asexual community. It is concluded that advancing academic and professional debates on the topic is essential to demystify prejudices, fostering a more welcoming and respectful society regarding the plurality of sexual identities.

Keywords: Asexuality; Sexual orientation; Gender norms; Psychology; Social minorities.

Resumen: El presente artículo aborda la asexualidad y los desafíos enfrentados por las personas que se identifican como asexuales en una sociedad permeada por la sexo-normatividad, con el objetivo de llevar esta discusión al ámbito de la psicología. A través de una revisión narrativa de la literatura, se presenta el contexto histórico y se discuten conceptos fundamentales sobre el espectro de la asexualidad, las diferencias entre la orientación sexual y romántica, y las implicaciones de la patologización de esta identidad. Este estudio evidencia que la presión social para ajustarse a los estándares heteronormativos vigentes, la desinformación y la falta de representatividad pueden impactar negativamente el bien-

¹ Mestre em Saúde Coletiva, Psicóloga, Professora Universitária. Sociedade Educacional Leonardo da Vinci - Centro Universitário Uniasselvi de Blumenau, Curso de Psicologia, Blumenau, Brasil. anacbarba@gmail.com

² Bacharel em Psicologia. Sociedade Educacional Leonardo da Vinci - Centro Universitário Uniasselvi de Blumenau, Curso de Psicologia, Blumenau, Brasil. psijoanabachmann@gmail.com; fernandapoliceno@gmail.com

tar psicológico de las personas asexuales, generando sensaciones de exclusión social y sufrimiento derivado de la invisibilidad y la complejidad del proceso de autodescubrimiento. De este modo, se destaca el papel de la psicología en promover una comprensión más inclusiva y no patologizante de la diversidad sexual, además de subrayar la importancia de las políticas públicas para garantizar los derechos y la visibilidad de la comunidad asexual. Se concluye que el avance de los debates académicos y profesionales sobre el tema es esencial para desmitificar prejuicios y fomentar una sociedad más acogedora y respetuosa hacia la pluralidad de las identidades sexuales.

Palabras clave: Asexualidad; Orientación sexual; Normas de género; Psicología; Minorías sociales.

Introdução

Por se tratar de uma orientação sexual pouco conhecida, a assexualidade ainda é mal compreendida por grande parte da população. No campo científico, sua definição é bastante debatida por diversos especialistas, mas há um consenso de que se refere à rara ou inexistente atração sexual. A *Asexual Visibility and Education Network* (AVEN), considerada a primeira comunidade assexual norte-americana, define assexuais como aqueles que não experienciam atração sexual, ou seja, não têm desejo sexual por outras pessoas ou não querem agir sexualmente. Ao contrário do celibato, que é uma decisão de se abster de atividade sexual, a assexualidade é uma característica intrínseca da identidade do sujeito, assim como outras orientações sexuais. A mesma comunidade também informa que apesar das estimativas sobre a proporção de pessoas assexuais serem limitadas, a estatística mais frequentemente mencionada é de que cerca de 1% da população se identifica como assexual (AVEN, 2024).

O interesse por esse tema surgiu devido aos desafios enfrentados pela população assexual durante o processo de autodescoberta e ao assumir publicamente essa orientação sexual. Considerando a pressão normativa em torno da sexualidade, que presume que todos devem sentir atração sexual, a assexualidade destaca-se por divergir desses padrões heteronormativos predominantes na sociedade. Além disso, a falta de compreensão sobre o assunto contribui para dificuldades adicionais que aumentam o sofrimento psicológico da comunidade, como, por exemplo, o reconhecimento tardio da própria sexualidade e a propagação de estereótipos, resultando em discriminação e exclusão social (AVEN, 2024).

Nos últimos anos, observou-se um ligeiro aumento no interesse por pesquisas sobre o tema em áreas como psicologia, enfermagem, educação, jornalismo e outros campos acadêmicos (Assunção, 2023; Lima, 2021). No entanto, ainda há uma carência significativa de literatura científica disponível sobre o assunto, especialmente em psicologia (Lima, 2021; Santos; Carvalho, 2019). Sendo assim, é imprescindível a expansão de estudos a respeito da assexualidade para estimular debates que enriqueçam o entendimento e contraponham discursos que promovem a estigmatização.

Com esta pesquisa, objetiva-se trazer a discussão da temática para a área da psicologia, descrevendo conceitos sobre a assexualidade fundamentados em revisão bibliográfica realizada com artigos científicos desse conteúdo. Também propõe-se identificar, no material pesquisado, fatores que contribuem para a discriminação e/ou patologização da assexualidade, fomentando uma reflexão sobre o papel da psicologia na promoção do bem-estar dessa população.

Método

Este estudo se fez por meio de revisão narrativa, para fins de natureza exploratória e observacional pelos materiais com características bibliográficas e documentais, onde se sumarizaram pesquisas anteriores a partir de um segmento de literatura com conteúdo pontual, a fim de escrever e discutir a temática, sob ponto de vista teórico e contextual.

A pesquisa seguiu com base em dois passos do desenho que compõe a estrutura de uma revisão narrativa, sendo esses passos a análise da literatura e conteúdos publicados em livros, artigos de revistas eletrônicas, e a interpretação e narração criteriosa pessoal dos autores sobre os documentos. O discorrer do texto seguiu padrões de rigor, clareza e crítica, visando à garantia da fidedignidade dos resultados obtidos, para que sejam utilizados e contribuam nas discussões e reflexões de pesquisas futuras. Esse tipo de método viabiliza uma ampla descrição do assunto, sem a necessidade de recorrer a todas as fontes de dados, tendo,

portanto, um papel crucial na educação continuada, uma vez que permite ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em um curto espaço de tempo (Atallah; Castro, 1998; Cavalcante; Oliveira, 2020).

Para o levantamento de artigos, foram utilizadas as bases de dados indexadoras *Google Acadêmico*, *PePsic* e *LILACS*, e a consulta foi realizada com base nos descritores “assexualidade *and* psicologia”, “sexo normativa”, “assexual”, “assexual *and* psicologia”, e “assexualidade”, dentro de um recorte de tempo dos últimos dez anos, evitando materiais desatualizados e com informações não mais favoráveis.

Para a inclusão dos artigos, os resumos foram lidos e analisados de forma criteriosa, sendo selecionados aqueles que cerceavam a pergunta norteadora e que envolviam e/ou retratavam a temática, preferencialmente os do campo da psicologia e seus domínios. Já os critérios de exclusão aplicados envolveram artigos cujo conteúdo se afastava significativamente ou não estava diretamente relacionado à temática abordada.

Após a seleção das publicações, seus respectivos conteúdos foram lidos minuciosamente em sua integralidade, visando à marcação das principais informações de cada estudo. A contemplação dos dados se deu inicialmente com o público-alvo, objetivo, método, instrumentos de pesquisa e conclusões primordiais. Posteriormente, realizou-se a análise crítica dos materiais, bem como a discussão acerca, o que levou a uma avaliação geral das obras. O resultado dessa análise narrativa de literatura será apresentado e discutido a seguir, subdividido em três categorias temáticas: 1) A sexualidade/assexualidade no tempo: contexto histórico e definições; 2) A construção da identidade assexual numa sociedade sexo-normativa; e 3) A (des)patologização da assexualidade e o papel da psicologia.

Resultados e discussão

A sexualidade/assexualidade no tempo: contexto histórico e definições

Na contemporaneidade, observa-se uma crescente visibilidade e aceitação da diversidade sexual e de gênero. É perceptível o interesse em debates e discussões, tanto pela sociedade — o que se observa por meio de fóruns *on-line* e representatividade em conteúdos televisivos e literários —, quanto pela comunidade acadêmica, tendo em vista o gradual aumento do número de estudos e pesquisas sobre a temática (Assunção, 2023; Lima, 2021). No entanto, essa percepção evolutiva levanta o questionamento: ao longo da história, sempre foi assim?

Em termos históricos, a assexualidade é uma área pouco explorada. Apesar de possivelmente sempre ter existido, não se sabe exatamente quando começou a ser percebida e compreendida. Em contraste com a homossexualidade, que por séculos foi considerada ilegal, imoral e polêmica, essa orientação sexual passou despercebida e permaneceu invisível aos olhos da sociedade e da ciência ao longo do tempo (Oliveira, 2014; Santos; Carvalho, 2019). No entanto, pode-se considerar que houve um pontapé inicial na discussão sobre o tema quando, entre as décadas de 1940 e 1950, Alfred Kinsey, um biólogo norte-americano, em seu estudo sobre práticas sexuais, estimou que cerca de um por cento das pessoas entrevistadas não demonstrava interesse sexual (Nascimento; Santos, 2020). Tal fato, na época, foi associado a uma possível sublimação, religiosidade, timidez, inibição e até a uma doença; desde então, ao longo do tempo, a ausência de interesse sexual vem tradicionalmente sendo considerada um distúrbio psicológico ou fisiológico (Bezerra, 2015). Essa concepção evoluiu apenas a partir da formação de comunidades virtuais que reúnem indivíduos que abraçam a identidade assexual como uma forma válida de ser e existir no mundo (Lima, 2021; Marques, 2020; Santos; Carvalho, 2019).

Considera-se que a origem da terminologia ocorreu com a criação da primeira comunidade assexual, a AVEN (*The Asexual Visibility & Education Network*), em 2001, nos Estados Unidos. Essa instituição, fundada por David Jay, tornou-se uma referência mundial sobre o tema e exerce grande influência na formação de outros grupos semelhantes ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Seu principal objetivo é fomentar o reconhecimento dessa orientação sexual, e desde sua fundação ocorrem debates e discussões em fóruns que promovem a visibilidade e a construção de conteúdos relacionados, sempre tendo em vista as vivências daqueles que se identificam como assexuais (Lima, 2021; Marques, 2020; Santos; Carvalho, 2019).

Diante do exposto, faz-se importante pensar acerca do que exatamente é a assexualidade e como ela é entendida nos dias de hoje. Para compreendê-la adequadamente, é fundamental, primeiramente, contextualizar as noções de sexualidade, de identidade sexual e o contexto em que ela está inserida.

O termo “sexualidade” reinventou-se no século XIX, a partir dos estudos de Sigmund Freud. Seu entendimento até então, estritamente atrelado à impureza, começou a ser desconstruído. Por conta do médico austríaco, passou-se a compreender que a sexualidade não se limita a condições biológicas, mas está diretamente ligada também a fatores psicológicos e sociais (Santos; Carvalho, 2019).

A orientação sexual é entendida como a canalização da atração ou desejo sexual para o outro, sejam pessoas de mesmo gênero, como na homossexualidade; de gênero oposto, como na heterossexualidade; ou de ambos os gêneros, como na bissexualidade ou pansexualidade (Rocha *et al.*, 2020). Ademais, a orientação sexual pode também abranger a direção da atração de forma emocional e afetiva. Entretanto, a partir de estudos sobre comportamento sexual, verificou-se que uma minoria da população não se encaixa em nenhuma dessas categorias, e daí surgiu a proposta para uma nova orientação sexual: a assexualidade, na qual esse direcionamento da atração não ocorre da mesma maneira que nas outras formas de sexualidade (Santos; Carvalho, 2019).

A assexualidade é atualmente reconhecida como uma orientação sexual válida e está incluída na sigla LGBTQIAPN+, e assim como nas demais, ela é uma categoria definida pelo próprio indivíduo em seu processo de autodescoberta (Arcoverde; Amazonas, 2017; Lima, 2021; Rocha *et al.*, 2020).

Ao definirmos a assexualidade, é importante esclarecer algumas questões que, por falta de conhecimento, podem ser confundidas ou mal interpretadas. Um exemplo comum é a confusão entre os termos “assexual” e “assexuado(a)”. Na realidade, “assexuado(a)” é um conceito estudado na biologia, referindo-se ao tipo de reprodução em que não há troca de material genético, como ocorre com as bactérias (Nascimento; Santos, 2020; Rocha *et al.*, 2020). Embora ambas as palavras compartilhem o prefixo “a” e o radical “sex”, seus sufixos distintos na língua portuguesa conferem significados diferentes.

Outro aspecto relevante é que a assexualidade não se trata de uma aversão ou fobia ao sexo, nem está relacionada a questões religiosas, que envolvem o controle ou a repressão do desejo sexual, como ocorre no celibato. A assexualidade representa uma forma de compreender e se relacionar com o próprio corpo, na qual o impulso sexual está naturalmente ausente (Santos; Carvalho, 2019; Rodríguez Maldonado, 2024).

Sua conceituação ainda é motivo de debates nos poucos estudos relacionados ao tema, e a comunidade acadêmica tende a acreditar que não há consenso sobre sua definição. Grande parte desse conflito ocorre por se tratar de um assunto relativamente recente e desconhecido pela maioria da população (Santos; Carvalho, 2019). Outro provável motivo para essa discrepância pode ser o fato da assexualidade não ser uma identidade “inflexível”, como a maioria das demais sexualidades. Por exemplo, na heterossexualidade, poderíamos dizer que não há uma variação significativa que constitua um “espectro”, pois ela é tratada como uma categoria fixa ou definição estática, em contraste com a fluidez de sexualidades que coexistem em um espectro, como é o caso da assexualidade.

Além disso, é recorrente a confusão do conceito, visto que a palavra “assexual” está relacionada, de forma rigorosa, à ausência de atração sexual de um indivíduo por outros, independentemente de seu sexo ou gênero (Bezerra, 2015; Marques, 2020). Essa interpretação leva as pessoas a um entendimento literal do termo, mas é importante destacar que a assexualidade é complexa e vai além de simplesmente “não sentir atração sexual”, em seu sentido mais restrito.

Na realidade, o termo “assexualidade” é considerado um conceito guarda-chuva, abrangendo todas as variações de indivíduos que não se identificam como alossexuais, incluindo também aqueles que sentem atração sexual de forma reduzida, esporádica ou apenas em circunstâncias específicas (Marques, 2020; Santos; Carvalho, 2019). A comunidade assexual utiliza a palavra “alossexualidade” para se referir a todos que não fazem parte da assexualidade. Em outras palavras, o alossexual é o oposto do assexual, englobando as pessoas que sentem atração sexual, como as que pertencem às orientações heterossexual, homossexual, bissexual e pansexual (Arcoverde; Amazonas, 2017; Marques 2020).

Dessa forma, para contemplar todas as pluralidades dos espectros da assexualidade, além do assexual estrito, que não sente desejo sexual em nenhum contexto ou nível, foram criadas algumas categorias de

classificação dentro do que chamamos de “área cinza” ou grayssexualidade, abrangendo indivíduos que vivenciam atração sexual de forma reduzida em contextos específicos: demissexual, que sente desejo sexual mediante vínculo afetivo; frayssexual, que se atrai apenas na ausência de envolvimento afetivo, sendo o oposto do demissexual; sapiossexual, que se sente atraído apenas por pessoas que considera inteligentes ou educadas (D’Andrea; Romagnoli, 2018; Nascimento; Santos, 2020; Santos; Carvalho, 2019); além de outras categorias cientificamente ainda pouco exploradas e estudadas.

Outro fator de destaque dentro da comunidade assexual é a distinção entre orientação sexual e orientação romântica, tendo em vista que pessoas assexuais podem ou não se relacionar romanticamente com alguém. Isso significa que a atração romântica se trata de outra faceta que varia de sujeito para sujeito, e se define pelo desejo de envolver-se emocional e afetivamente, de forma amorosa com outrem, sem estar necessariamente atrelada ao desejo sexual. Portanto, grande parte da comunidade assexual também se identifica conforme sua orientação romântica: heterorromânticas, homorromânticas, birromânticas, panromânticas e até mesmo arromânticas, que se trata daquelas que não sentem atração romântica, ou a sentem em menor grau e frequência (Arcoverde; Amazonas, 2017; Marques, 2020; Santos; Carvalho, 2019).

Autores como D’Andrea e Romagnoli (2018), em seu estudo, fazem uma correlação do pensamento de Giddens (1993) sobre o surgimento do amor romântico com a divisão entre assexuais românticos e arromânticos. Na Europa pré-moderna, os casamentos tinham uma função econômica, especialmente entre os camponeses, e, por conta de longas jornadas de trabalho, raramente envolviam paixão ou intimidade sexual (Giddens, 1993 *apud* D’Andrea; Romagnoli, 2018).

O amor romântico se fortaleceu com o surgimento da literatura romântica e com a criação do conceito de lar, influenciado pela “invenção da maternidade”, criando valores ligados à intimidade e ao afeto, e desvinculando o romantismo da luxúria. Esse processo sugere que o amor romântico não é algo natural, mas sim uma construção social que gerou novos tipos de afetos. Tal construção social do amor romântico também afeta a comunidade assexual. Tanto os assexuais românticos quanto arromânticos tendem a se distanciar da luxúria. Os demissexuais, por exemplo, vinculam a sexualidade ao afeto, enquanto os assexuais heterorromânticos, homorromânticos, birromânticos e panromânticos mantêm o foco no afeto, mais do que no sexo, seguindo uma linha semelhante ao amor romântico primitivo, que priorizava a conexão emocional sobre o desejo carnal (D’Andrea; Romagnoli, 2018).

Como é possível observar, o interesse por sexo e por romance são considerados aspectos distintos, sendo assim, muitos assexuais almejam ou se encontram em um relacionamento romântico com alguém, relatando até mesmo uma inclinação por beijos, abraços e contato físico. Além disso, destaca-se que, embora essa sexualidade se configure com a falta de interesse sexual, isso não significa que o sujeito não experencie qualquer desejo de estimulação sexual, visto que cerca de metade das pessoas que se consideram assexuais alegam praticar a masturbação, e outros mantêm relações sexuais para satisfazer o parceiro (Santos; Carvalho, 2019).

Diante do exposto, considerando o histórico da construção da assexualidade, sendo um tema ainda tão desconhecido, banalizado e apagado pela sociedade, deve-se perguntar: como é o processo de autodescoberta enquanto identidade assexual? Como esses sujeitos compreendem sua própria orientação sexual? Como pessoas assexuais se sentem em meio à pressão social sobre ter uma sexualidade ativa e ter relações sexuais como base de relacionamentos amorosos?

A construção da identidade assexual numa sociedade sexo-normativa

O processo de autoidentificação e subjetivação de uma sexualidade é próprio do indivíduo, é singular. A compreensão da assexualidade sob a perspectiva da singularidade do sujeito permite um deslocamento importante: todas as identidades sexuais são vistas como criações subjetivas únicas, surgindo no processo de se tornar sujeito. Isso leva à ideia de que existem infinitas sexualidades singulares, onde cada pessoa tem uma identidade única, formada tanto pela diferença constitutiva que a torna incomparável quanto pelas influências do contexto social em que está inserida (Rozenthal, 2018).

Tendo em vista o nosso contexto nacional, o erótico nos rodeia em diversos aspectos do nosso dia a

dia, seja pelas músicas, cenas de romance em conteúdos televisivos ou na literatura, propagandas de aplicativos nas redes sociais, notícias sobre relacionamentos amorosos, isso tudo fortalece a imagem de que é necessário estar incluído nessa realidade para ser feliz e completo; estamos inseridos em uma cultura e sociedade altamente sexualizadas, em todos os níveis (Marques, 2020).

A sociedade estabelece padrões e normas nos quais se estrutura; esses são reflexo de características e comportamentos considerados desejáveis para um grupo, inserido em um contexto histórico específico. Tais padrões e normas são fundamentados em uma combinação de fatores religiosos, históricos e culturais, variando de acordo com a nação e povos em que são construídos. Esses arquétipos podem ser de caráter temporal ou atemporal. Nas palavras de Michel Foucault, “o elemento que circula do disciplinar ao regulador, que se aplica ao corpo e às populações e que permite controlar, ao mesmo tempo, a ordem do corpo e os fatos de uma multiplicidade humana é a norma” (Foucault, 1992, p. 181).

Dito isso, nos voltamos à postura do senso comum cultural no que concerne à sexualidade e à realização do ato sexual, pensado sempre enquanto algo de ordem biológica, imutável e trans-histórica, entendido quase como um “padrão de fábrica” de cunho funcional obrigatório do ser humano. Autores como Oliveira (2014) chamam essa postura de sexo-normatividade, ou seja, a centralidade e relevância dada às atividades sexuais nas relações, em caráter de normalização do corpo social e daquilo que é considerado sexualmente “normal” ou “adequado”.

A sexo-normatividade se apresenta e é manifestada de diversas formas, podendo ser percebida em questões como as de expectativas culturais e sociais no que tange a papéis de gênero e normas de relacionamento, ou mesmo no que podemos observar exposto em representações midiáticas como filmes, séries e publicidade. Esses, frequentemente reforçam estereótipos de gênero e sexualidade, e que não dão ou oferecem pouquíssimo espaço para que a diversidade sexual se faça presente, deixando distante as experiências e identidades que não se enquadram na normatividade vigente (Marques, 2020).

A sexualidade é anunciada enquanto ideal de satisfação, sendo o sexo quase que um item essencial para uma vida saudável e feliz, contribuindo assim para que surjam a sensação de inadequação e sentimentos de insuficiência e alienação naqueles que não correspondem aos avanços sexuais ou não possuem interesse em buscar energeticamente parceiros com quem possam manter relações sexuais. Isso pode influenciar diretamente desde a forma como esses indivíduos se veem e se relacionam, até como são tratados pela sociedade em que estão inseridos, e pelo sistema legal que rege essa coletividade (Assunção, 2023; Marques, 2020).

Uma concepção sobrevinda do social de que todos os seres humanos sentem desejo e atração sexual, acaba de forma errônea reforçando uma compreensão da sexualidade como se essa girasse em torno da mesma norma ou padrão heteronormativo, o que, por vezes, na guisa da generalização, faz com que as singularidades dos indivíduos sejam suprimidas e esquecidas (Lima, 2021; Neiva, 2019). Levando isso em consideração, como se sentem aqueles que não se encaixam nesse padrão?

É comum encontrarmos, até mesmo dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, discursos de que a assexualidade não enfrenta indiferenças, discriminações e opressões. No entanto, a trajetória de se assumir assexual é frequentemente marcada pela patologização, ceticismo e compaixão por parte de familiares, amigos, conhecidos e da sociedade em geral. Ao expressarem que não têm interesse em estar em um relacionamento, casar-se ou formar uma família, e que preferem viver sozinhos, essas pessoas enfrentam comentários de que ainda não encontraram a pessoa certa ou que estão apenas passando por uma fase. Além disso, são frequentemente alvo de questionamentos e desconfiança, como se a ideia de viver sem desejo de se relacionar sexualmente ou romanticamente fosse algo humanamente impossível, errado ou não natural. Essas situações reforçam sentimentos de culpa, inadequação e não pertencimento, resultando em impactos psicológicos significativos na comunidade assexual (Santos; Carvalho, 2019).

Portanto, é evidente que o processo de formação da identidade de uma pessoa assexual pode ser bastante desafiador no contexto de uma sociedade sexo-normativa. Sentimentos de não pertencimento são frequentes, além de pensamentos sobre sentir-se “danificado”, ou de que há algo de errado consigo, acarretando, muitas vezes, em sofrimento psíquico. Percebe-se que a identidade assexual só passa a ser reconhecida pelos indivíduos quando eles começam a conhecer mais sobre essa categoria. E de que forma isso

ocorre?

Para grande parte dos assexuais, essa compreensão se dá especialmente por meio da internet, onde circulam diversas discussões sobre o assunto. É nessa descoberta que encontram um espaço acolhedor, podendo conhecer outras pessoas que também experienciam a assexualidade. As comunidades virtuais desempenham um papel crucial para esse público, que utiliza o ciberespaço para formar redes de apoio e fortalecer sua visibilidade. Nessas plataformas *on-line*, indivíduos assexuais podem interagir, compartilhar experiências e disseminar informações sobre a assexualidade. Essas comunidades não apenas estreitam laços entre seus membros, mas também promovem uma maior compreensão e respeito pela diversidade sexual na sociedade. Dessa forma, aqueles que inicialmente se sentiam diferentes e isolados conseguem encontrar um grupo semelhante e, a partir dessa conexão, reconstruir seus processos de identidade, gerando um sentimento de pertencimento e alívio por perceberem que não há nada de errado consigo (Arcoverde; Amazonas, 2017; Martins; Cavalcante, 2019).

Outra possibilidade para que os indivíduos reconheçam suas identidades é por meio da representatividade na ficção e nas mídias. Embora possamos notar um aumento considerável e crescente em enredos com a temática LGBTQIAPN+, ainda há muito a ser explorado, uma vez que se percebe certa hierarquia na representação *queer*, em que a homossexualidade se destaca em comparação a outras orientações sexuais. Como resultado disso, no Brasil, raramente encontramos personagens assexuais em novelas, séries, filmes, quadrinhos e livros, em contraste com a forte presença da representação heteronormativa ainda disseminada por autores. Nas poucas ocasiões em que a identidade assexual é retratada, ainda é possível identificar equívocos ou estereótipos na maneira em que o personagem é construído, infelizmente contribuindo para o apagamento e a desinformação da comunidade assexual (Marques, 2020; Silva, 2021).

Grande parte desses estigmas propagados pela mídia e pela construção sócio-histórica na sociedade, relacionam-se com discursos em que a assexualidade é vista como uma patologia. A cultura determina um estilo de vida que envolve um comportamento sexual aceitável, e o indivíduo que não se encaixa nos parâmetros, muitas vezes por próprio desconhecimento, é visto como desviante da “regra” social, e até como possuidor de algum transtorno ou disfunção sexual (Santos; Carvalho, 2019).

Mesmo sendo uma identidade sexual legítima, a assexualidade é frequentemente mal compreendida, e como mencionado acima, é patologizada. Esse movimento de patologização se refere à maneira pela qual essa identidade é muitas vezes vista como uma anomalia psicológica ou médica, uma doença, um desvio, ou uma falha a ser tratada, ao invés de aceita como uma variação normal da sexualidade humana, o que ela de fato é (Santos; Carvalho, 2019).

Em tentativa de reflexão crítica acerca dessa compreensão patológica, voltemo-nos ao conceito sobre disfunções sexuais. Por exemplo, esses são problemas persistentes ou recorrentes que dificultam a manutenção de atividades sexuais saudáveis de forma natural, associados a condições que afetam o desejo, a excitação, o orgasmo ou até geram dor durante o ato (Egydio, 2024). Mas pensando acerca da ausência de atração sexual, algo intrínseco à assexualidade, seria plausível afirmar que essa característica está necessariamente vinculada a um quadro do adoecimento ou disfunção?

A sexo-normatividade e discurso patológico afetam diretamente a forma como a assexualidade é vista e percebida socialmente. A imersão em uma sociedade moldada pela padronização erótico-sexual contribui e reforça os estereótipos e a desinformação acerca da temática, dificultando ainda mais o combate a esses estigmas, desmantelamento do preconceito e desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

A (des)patologização da assexualidade e o papel da psicologia

O conceito de saúde para a medicina moderna é intrinsecamente associado ao que se chama de normalidade, ou seja, ao que se entende como média ou frequência estatística de determinada população. A problemática dessa perspectiva, que é pobre em aprofundamento no sujeito e desconectada do corpo subjetivo, é que todo ponto fora da curva ou anomalia pode ser associado à patologia e, por ter valor biológico negativo, é tratado como algo estranho ou separado da sociedade, devendo passar por uma intervenção curativa, a cunho de generalização (Gaudenzi, 2022).

Unificando o conceito de saúde com a percepção de que o desejo sexual é universal, chega-se ao discurso médico de que a ausência de sexo, desejo ou libido é considerada prejudicial à saúde física e mental do indivíduo. Assim, a causa deve ser identificada, e a forma de tratamento mais adequada deve ser aplicada, sem considerar o que isso de fato significa e produz na subjetividade do sujeito. O surgimento da categoria de Disfunções Sexuais no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), formulado pela *American Psychiatric Association* (APA), pode ter contribuído fortemente para essa visão supressora da individualidade e da experiência humana (Santos; Carvalho, 2019).

A primeira menção a patologias relacionadas ao âmbito sexológico foi feita na 3ª edição do DSM, publicada em 1980, quando a redução do desejo e das fantasias sexuais passou a ser considerada um transtorno mental sob a denominação de Desejo Sexual Inibido (ISD). A nomenclatura foi alterada para Transtorno do Desejo Sexual Hipoativo (HSDD) na 4ª edição do documento, em 1994, quando também se acrescentou que, para que o diagnóstico efetivo do transtorno fosse dado, era imprescindível que o grau de sofrimento associado aos sintomas fosse elevado. Isso ocorreu porque, até então, os critérios utilizados eram muito abrangentes e vagos, o que resultaria na massificação e prevalência desnecessária e desregulada de pessoas diagnosticadas com essa disfunção (Bezerra, 2015; Santos; Carvalho, 2019).

Mais recentemente, na 5ª edição do Manual, o HSDD passou a ser dividido por gênero, com a inclusão do Transtorno do Desejo Sexual Masculino Hipoativo (302.71) e do Transtorno de Interesse/Excitação Sexual Feminino (302.72) (APA, 2023). Essa edição não trouxe grandes avanços nesse quesito, considerando que as patologias ainda consistem, em essência, na ausência ou redução do interesse sexual. Apenas se passou a reconhecer que existe uma diferenciação entre o desejo sexual feminino e o masculino, o que também pode ser considerado uma descoberta tardia para um documento de tamanha importância e abrangência de pesquisa (Santos; Carvalho, 2019).

Não podemos desconsiderar que existem critérios diagnósticos importantes, como o “sofrimento clinicamente significativo” presente no DSM-IV, ou o que é mencionado no DSM-V sobre o fato de que um indivíduo com baixo ou nenhum interesse sexual, mas que se identifica com a identidade assexual, não deve ser diagnosticado com uma disfunção sexual (APA, 2023; Margolin, 2023). Esses critérios, em teoria, poderiam facilitar a diferenciação e análise diagnóstica. No entanto, ao considerarmos o sujeito de forma integral, sua individualidade e o contexto cultural, essa regra acaba não se aplicando a todas as situações.

O estabelecimento de um padrão do que é considerado um comportamento sexual aceitável, junto à medicalização de práticas que não se encaixam nesses parâmetros, afeta profundamente a vida do indivíduo. Ao receber um diagnóstico psiquiátrico, a autoimagem tende a se tornar negativa, e o modo como a pessoa é percebida pelos outros pode gerar preconceito, colocando em risco aqueles que, por já se sentirem mais vulneráveis, são vistos como discrepantes da maioria. Em algumas pesquisas, ao comparar assexuais com heterossexuais e outras sexualidades, identificou-se que pessoas que estão dentro do espectro da assexualidade tendem a serem diagnosticadas mais frequentemente com transtornos de humor e de ansiedade, além de serem mais propensos ao suicídio; mulheres assexuais pontuaram em maior nível de ansiedade generalizada e psicoticismo (Arcoverde; Amazonas, 2017; Santos; Carvalho, 2019; Lima, 2021). O estudo de Oliveira, Pereira e Alckmin-Carvalho (2024, p. 15) sobre saúde mental da população LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho apontou que “indivíduos que se identificaram como assexuais e bissexuais apresentaram níveis significativamente elevados de sintomas depressivos e ansiosos ($p < 0,05$) e escores mais baixos em todos os indicadores de bem-estar ocupacional”.

Margolin (2023) faz uma crítica com relação à inconsistência da psiquiatria ao reconhecer a assexualidade como não patológica, mas ainda tratar a ausência ou redução do desejo sexual como sinal de anormalidade em outros contextos. Embora o DSM-5 e o DSM-5-TR indiquem que pessoas autoidentificadas como assexuais não devam receber diagnósticos psiquiátricos, a baixa motivação ou interesse sexual continua a ser classificada como transtorno quando presente em indivíduos que não se reconhecem como assexuais, o que perpetua uma lógica patologizante e excludente.

E mesmo que existam assexuais que estejam satisfeitos com sua sexualidade e não possuem qualquer tipo de sofrimento emocional ou interpessoal como consequência dela, no contrapeso da balança, existem aqueles que sentem dificuldades na autodescoberta — muitas vezes identificando-se tardiamente —, na

aceitação própria e do círculo social, são acometidos por crenças de alienação, estigmatização, discriminação, e, inevitavelmente, podem vir a se enquadrar no que foi chamado de “sofrimento clinicamente significativo”. Nessa perspectiva, considerando o viés psicopatológico, como é possível afirmar que tais sintomatologias são consequências da assexualidade e não da sexo normatividade, expectativa da pressão social ou do isolamento a priori? (Arcoverde; Amazonas, 2017; Bezerra, 2015; Lima, 2021; Santos; Carvalho, 2019).

Algumas perspectivas e vias de regra médica clínica podem acabar limitando a compreensão do sujeito, diminuindo-o a simplesmente um conjunto de sinais e sintomas perpetuados por determinado período de tempo, desconsiderando as vivências, percepções, os contextos e todos os demais âmbitos (Santos; Carvalho, 2019). O objetivo aqui não é de desmerecimento da análise médica ou de questionamento da importância de disfunções sexuais reais serem descobertas e tratadas, mas de levantar o questionamento sobre como os diagnósticos estão sendo feitos: Será que todos os profissionais necessários para análise estão envolvidos? Todos os pontos estão sendo considerados? Os métodos corretos estão sendo utilizados? Os profissionais estão agindo de forma ética? Que importância a psicologia tem nesse processo e como tem participado dele?

Observa-se que a desvalorização das relações e a supervalorização do sexual na contemporaneidade intensificam a invisibilidade dessa orientação sexual, que assim como as demais, é inerente ao ser humano. Em consequência, no intuito de sentirem-se pertencentes e valorizadas, muitas pessoas assexuais envolvem-se em relacionamentos tóxicos por conta da pressão social, desesperadas para se enquadrar dentro da asexualidade, acabando por suprimir seus questionamentos (Marques, 2020). Se soubessem que não há nada de errado na ausência de atração sexual, independente do gênero, quanto sofrimento poderia ser evitado ao longo de suas vidas?

Diante do exposto, questiona-se: onde entra o papel da psicologia na desconstrução desse cenário patologizante?

No Brasil, desde 1999, por meio da Resolução CFP nº 01/1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vem orientando a atuação dos psicólogos a não considerar a diversidade sexual não hetero-cis-normativa como sinônimo de doença, distúrbio, perversão, transtorno mental, desvio ou inadequação, como pode-se observar no Art. 3º da referida resolução: “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados” (CFP, 1999). A Nota Técnica nº 1/2021/GTEC/CG, sobre a Resolução CFP nº 01, de 22 de março de 1999, traz esclarecimentos no contexto da realidade contemporânea, 22 anos após a publicação original da resolução, abordando os seguintes tópicos: direitos humanos, sexuais e princípios éticos; contribuições da psicologia na compreensão do sujeito LGBTQIAPN+; avanços na despatologização das orientações não heterossexuais; e as práticas em diversos campos além da ilegitimidade das terapias de reorientação sexual (CFP, 2021).

Ao longo da última década, houve avanços consideráveis relacionados às orientações técnicas para o atendimento psicológico às pessoas LGBTQIAPN+. Em 2018, duas resoluções importantes foram promulgadas: a Resolução CFP 01/2018, que trata das normas de atuação para psicólogos em relação às pessoas transsexuais e travestis (CFP, 2018). A Resolução CFP 08/2020 define diretrizes para a prática da psicologia no que diz respeito às situações de violência de gênero (CFP, 2020). Mais recentemente, tivemos ainda a Resolução CFP 08/2022, que estabelece normas para a conduta de psicólogos em relação à bissexualidade e outras orientações não exclusivamente monossexuais (CFP, 2022). Em 2023, no dia internacional do orgulho LGBTQIAPN+, o Conselho lançou um importante Manual de Referências Técnicas para atuação profissional em políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ (CFP, 2023), tornando possível que os profissionais da área obtenham noções básicas sobre a temática, a qual poderão se aprofundar posteriormente.

Apesar de não existir nenhuma resolução ou normativa específica para o atendimento a pessoas assexuais até o momento, os princípios e diretrizes que regem a prática da psicologia no Brasil são amplamente aplicáveis a todas as diversidades sexuais e de gênero, incluindo-se, assim, a assexualidade (CFP, 2021).

Em nível internacional, observa-se que organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Instituto de Medicina dos Estados Unidos (IOM), a *American Psychological Association* (APA) e a *International Psychology Network* (IPsyNet) já recomendaram a implementação de estratégias clínicas que incluam, de forma rotineira, informações sobre orientação sexual e identidade de gênero no atendimento em saúde.

Essas entidades ressaltam que práticas baseadas exclusivamente na hetero e cisnormatividade produzem desigualdades e invisibilizam grupos minoritários, como pessoas assexuais (Nieder *et al.*, 2020).

Outras associações internacionais, como a *British Psychological Society* (BPS) no Reino Unido e a *Canadian Psychological Association* (CPA) no Canadá, também vêm reforçando que a diversidade sexual e de gênero deve ser tratada como parte legítima da experiência humana. Essas entidades convergem ao destacar a necessidade de combater práticas patologizantes e de adotar políticas institucionais inclusivas. Tal alinhamento reflete uma tendência global de reconhecimento da assexualidade como uma orientação sexual válida (Hammack, 2025; Rodríguez Maldonado, 2024).

Dessa forma, levando em consideração o que foi exposto nesta pesquisa, o papel da psicologia se pauta no lugar de não se capturar em normas, de não debruçar seu trabalho e visão ética e moral nas normativas que fixam o cotidiano dos ser, sujeitando e limitando as existências e “dessubjetivação” das relações. No lugar da não neutralidade, sem trabalhar como se o processo fosse desconexo da realidade, o que fervorosamente podemos dizer que não é. De ser questionador das “verdades” absolutas e dos saberes constituintes, com intervenção crítica e rigorosa, reconhecendo e respeitando a pluralidade das experiências humanas (Dias; Gonzaga, 2023). Torna-se necessário reconhecer a diversidade das vivências sexuais, assegurando que cada pessoa possa desejar sexo em maior grau, em menor intensidade ou não desejar de forma alguma, e que todas essas possibilidades sejam validadas (Margolin, 2023).

Enfatiza-se também a importância da implicação política dos profissionais da psicologia na luta pelos direitos da comunidade assexual. É fundamental que os profissionais se posicionem contra qualquer forma de discriminação e se engajem ativamente na promoção da igualdade e do respeito aos direitos humanos dessa comunidade (Dias; Gonzaga, 2023).

Além disso, entidades como a APA, a OMS e redes internacionais de psicologia destacam que a qualidade do atendimento em saúde mental deve ser igualmente alta para todas as pessoas, mas isso não implica um tratamento idêntico. Ao contrário, requer sensibilidade e expertise em questões LGBTQIAPN+, ou seja, profissionais devidamente qualificados com conhecimento aprofundado na temática, de modo a responder às especificidades de cada identidade e experiência. No caso da assexualidade, isso significa evitar enquadramentos patologizantes e reconhecer que sua exclusão em serviços clínicos compromete os princípios éticos da equidade e da dignidade (Nieder *et al.*, 2020; Fowler, 2023).

A psicologia também desempenha o papel de buscar e estabelecer um diálogo interdisciplinar, pautar-se em uma abordagem baseada em evidências e, principalmente, agir eticamente, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o qual enfatiza que os psicólogos devem orientar seu trabalho com base no respeito e na promoção da liberdade, igualdade e dignidade humana, em consonância com os valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005). Em seus princípios fundamentais, está descrito que o psicólogo “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 07).

Por fim, é essencial ainda que a psicologia também atue no *advocacy* e na promoção de políticas públicas, levando em consideração que a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo não apenas beneficia as pessoas que se reconhecem e identificam como assexuais, mas que enriquece a sociedade como um todo, valorizando a sociedade contemporânea multifacetada (Dias; Gonzaga, 2023). Dessa forma, a psicologia deve abandonar práticas patologizantes e se engajar em uma práxis política que promova os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Os profissionais devem estar atentos às questões de poder e opressão presentes na sociedade e utilizar sua expertise para contribuir com a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (CFP, 2023).

Considerações finais

Por meio deste estudo, identificou-se que, apesar de a psicologia estar se abrindo cada vez mais para a temática da assexualidade, assim como para estudos sobre gênero e demais sexualidades, ainda se percebe certa escassez de conteúdo, e uma participação limitada da profissão. Os poucos estudos encontrados nessa área, especialmente os nacionais, são majoritariamente na perspectiva da psicanálise, o que limita o olhar e

o entendimento desse fenômeno a apenas essa abordagem psicológica.

Evidencia-se a relevância de se aprofundar na compreensão e no reconhecimento da identidade assexual em uma sociedade ainda dominada pela sexo-normatividade, tendo em vista que as dificuldades enfrentadas pela comunidade assexual, como a patologização e a pressão social para que se adequem a padrões heteronormativos, reforçam a importância de abordagens mais inclusivas e edificantes nos campos da saúde mental e dos direitos humanos.

A psicologia, nesse contexto, desempenha um papel essencial, ao possibilitar uma visão empática e esclarecedora sobre a diversidade sexual e promover o bem-estar das pessoas assexuais. Assim, é fundamental que os profissionais da área estejam atentos a práticas não patologizantes e estejam engajados em ações que combatam os preconceitos e estereótipos, ajudando a construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, destacando-se a necessidade de promoção de políticas públicas que assegurem a visibilidade e os direitos da população assexual.

Apesar de reconhecermos as limitações deste estudo, por se tratar de uma revisão narrativa da literatura e, portanto, embora amplamente utilizada para explorar temas emergentes e oferecer uma visão abrangente sobre determinado campo de estudo, apresenta limitações metodológicas significativas. Entre as principais restrições está a ausência de critérios sistemáticos para seleção, análise e síntese dos estudos incluídos, o que pode comprometer a replicabilidade e generalização do processo. Por outro lado, essa modalidade metodológica escolhida pelos autores é especialmente útil em áreas emergentes ou pouco consolidadas como o tema da assexualidade, onde os estudos são diversos e heterogêneos, dificultando a aplicação de critérios rígidos de seleção. Isso possibilitou que este artigo de revisão narrativa da literatura pudesse favorecer a contextualização histórica e conceitual do fenômeno estudado, contribuindo para a formulação de hipóteses, identificação de lacunas na literatura e proposição de novas abordagens. Espera-se que esta pesquisa estimule novos debates e investigações que ampliem o conhecimento sobre o tema, sob diferentes perspectivas e abordagens, apoiando a construção de um ambiente mais acolhedor e compreensivo.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION *et al.* *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5-TR*: Texto Revisado. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2023.

ARCOVERDE, R. L.; AMAZONAS, M. C. L. de A. Assexualidade: identidades e discursos na internet. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, Anais [...], 2017. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1493811876_ARQUIVO_trabalhocompletonomodelo.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

ASSUNÇÃO, A. I. T. *A diversidade da assexualidade*: Percepção de traços estereotípicos em pessoas assexuais com orientação aromântica e romântica. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/31006/1/master_ana_tomas_assuncao.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

ATALLAH, A. N.; CASTRO, A. A. *Revisão sistemática da literatura e metanálise. Medicina baseada em evidências: fundamentos da pesquisa clínica*. São Paulo: Lemos-Editorial, p. 42-48, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38648632/Revisao_Sistematica_da_Literatura_e_Metanalise.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

AVEN. *Asexual Visibility and Education Network*. Disponível em: <https://www.asexuality.org/?q=overview.html>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BEZERRA, P. V. *Avessos do excesso: a assexualidade*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/785ced60-f94a-45f0-b914-ac57f390245a/content>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicol. Rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsa-lud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jul. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nota Técnica Nº 1/2021/GTEC/CG*: Nota Técnica sobre a Resolução nº 01, de 22 de março de 1999, que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Nota-T%C3%A9cnica-1-Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.1999.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 001, de 22 de março de 1999. *Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual*. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 001, de 29 de janeiro de 2018. *Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis*. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 008, de 07 de julho de 2020. *Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero*. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 008, de 17 de maio de 2022. *Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais*. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022-estabelece-normas-de-atuacao-para-profissionais-da-psicologia-em-relacao-as-bissexualidades-e-demais-orientacoes-nao-monossexuais?origin=instituicao>. Acesso em: 28 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Conselhos Regionais de Psicologia; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+* [recurso eletrônico]. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

D'ANDREA, L. S.; ROMAGNOLI, R. C. Deslocando sobre o arco-íris com tonalidades cinza e preto: assexualidades em trânsito. *Revista Ártemis*, v. 25, n. 1, p. 219, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/cf1263ad7d0b78415d1d620dde8ed88e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DIAS, G. L. B.; GONZAGA, P. R. B. A Psicologia no “Vale”: Da patologização na práxis psicológica à implicação política sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 4–24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/37536>. Acesso: 28 out. 2024.

EGYDIO, P. *O que é disfunção sexual?* Causas e tratamentos indicados. EMC Egydio Medical Center. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://drpaulo.com.br/disfuncao-sexual/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FOUCAULT, M. A Casa dos Loucos. In: *Microfísica do Poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p.113-193.

FOWLER, J. A. *et al.* Digital mental health interventions: A narrative review of what is important from the perspective of LGBTQIA+ people. *Journal of clinical psychology*, v. 79, n. 11, p. 2685-2713, 2023. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/jclp.23571>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GAUDENZI, P. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 351-361, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Q3q7tgFtypyLXf9c9tRHMNr/>. Acesso em: 28 out. 2024.

HAMMACK, P. L. Sexual and Gender Diversity Beyond Minority Identities: Do Empirical Trends Call for a Paradigm Shift?. *Review of General Psychology*, p. 10892680251363847, 2025. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/10892680251363847>. Acesso em: 18 ago. 2025.

LIMA, C. M. N. Assexualidade: os desafios para o reconhecimento e aceitação social. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 3, p. 110-125, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/762/355>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARGOLIN, L. Why is absent/low sexual desire a mental disorder (except when patients identify as asexual)?. *Psychology & Sexuality*, v. 14, n. 4, p. 720-733, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/19419899.2023.2193575?needAccess=true>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MARQUES, C. A. O (não) entendimento da assexualidade em uma sociedade sexonormativa: uma reflexão sobre como os aces são vistos pela massa. *Processos Psicossociais, Psicologia e Comunicação*, São Paulo, v. 1, p. 63, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/64025171/Livro%20Final%20OK.pdf#page=63>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARTINS, B. R.; CAVALCANTE, L. de F. B. A mediação da informação nas comunidades virtuais para assexuais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 15, n. 3, p. 308-330, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1261/1160>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NASCIMENTO, L. C.; SANTOS, J. L. Dá para Ser Casal Sem Sexo? Um Estudo Qualitativo da Assexualidade nas Relações Conjugais. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revbrasterapiafamiliar.emnuvens.com.br/revista/article/view/29/27>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NEIVA, G. de A. “Já experimentou para saber se gosta?” – Assexualidades na sociedade sexualizada. Tese (Pós-graduação em Antropologia Social) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9649>. Acesso em: 28 out. 2024.

NIEDER, T. O. *et al.* Ethical aspects of mental health care for lesbian, gay, bi-, pan-, asexual, and transgender people: A case-based approach. *The Yale Journal of Biology and Medicine*, v. 93, n. 4, p. 593, 2020. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7513438/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

OLIVEIRA, A.; PEREIRA, H.; ALCKMIN-CARVALHO, F. Occupational health, psychosocial risks and prevention factors in Lesbian, gay, bisexual, trans, queer, intersex, asexual, and other populations: A narrative review. *Societies*, v. 14, n. 8, p. 136, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/soc14080136>. Acesso em: 18 ago. 2025.

OLIVEIRA, E. R. B. de. “Minha vida de ameba”: os scripts sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11052015-102351/publico/ELISABETE_REGINA_BAPTISTA_DE_OLIVEIRA_rev.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

ROCHA, M. L. B. da, *et al.* Assexualidade em seriados televisivos: uma análise sócio-histórica. *REVES - Revista Relações Sociais*, v. 3, n. 4, p. 13001-13013, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10421/6204>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RODRÍGUEZ MALDONADO, E. E. Diverse Bodies: Challenges and Opportunities in the Claim of Sexual Rights for People with Physical Functional Diversity: Review Article. *J Psych Sci Res*, v. 4, n. 3, p. 1-7, 2024. Disponível em: <https://www.stephypublishers.com/jpsr/pdf/JPSR.MS.ID.000567.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

ROZENTHAL, E. Assexualidade: um olhar psicanalítico para o futuro. *Cadernos de Psicanálise*, CPRJ, v. 40, n. 38 jan/jun, p. 111-124, 24 out. 2018. Disponível em: https://cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/24/84. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, T. P. dos; CARVALHO, G. M. de. Assexualidade: orientação ou disfunção sexual? *Brazilian Journal of Health Review*, v. 2, n. 4, p. 2709-2728, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1976/1981>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, V. K. dos. *(AS)Sexualidades: processo de subjetivação e resistência*. 2016. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/19428/2/Val%c3%a9ria%20Konc%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SILVA, V. C. R. da. Narrativas da sexualidade: pistas discursivas da assexualidade na mídia. *Grau Zero—Revista de Crítica Cultural*, v. 9, n. 2, p. 111-130, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/download/12918/9111>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 26/10/2025